



A humilhação nacional como instrumento de construção da identidade e da estabilidade política na China

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i3.41899>

Victor Carneiro Corrêa Vieira

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ECEME, Brasil. E-mail: victorccvieira@gmail.com

<p>Palavras-chave: China, Partido Comunista da China, humilhação nacional, identidade nacional, elites políticas, Poder Nacional Compreensivo.</p>	<p>Resumo: A ampliação de políticas econômicas liberais desencadeará na democratização da China. Esse argumento repetido por artigos acadêmicos encontra suas expectativas frustradas diariamente por notícias de recrudescimento do poder do Partido Comunista da China sobre sua sociedade. O artigo analisa a construção da identidade nacional fundada na humilhação nacional como estratégia de difusão da legitimidade da elite política chinesa a partir de uma percepção do nacionalismo como essencial para manutenção da estabilidade do regime. Para isso estuda a formação da identidade nacional, a constituição dos grupos dentro da elite política da China e a elaboração do conceito de Poder Nacional Compreensivo.</p>
<p>Key words: China, Communist Party of China, national humiliation, national identity, political elites, Comprehensive National Power.</p>	<p>National humiliation as an instrument for construction of identity and political stability in China Abstract: The broadening of liberal economic policies will trigger the democratization of China. This argument repeated in studies finds their expectations thwarted daily by news of the intensification of the power of the Communist Party of China over the society. The paper analyzes the determination of the national identity based on national humiliation as a strategy to disseminate the legitimacy of the Chinese political elite from a perception of nationalism as essential for maintaining the stability of the regime. It studies the formation of national identity, the constitution of groups within the political elite of China, and the elaboration of the Comprehensive National Power concept.</p>
<p>Palabras clave: China, Partido Comunista de China, humillación nacional, identidad nacional, elites políticas, Poder Nacional Compreensivo.</p>	<p>La humillación nacional como instrumento de construcción de la identidad y de la estabilidad política en China Resumen: La ampliación de políticas económicas liberales desencadenará en la democratización de China. Este argumento repetido por artículos académicos encuentra sus expectativas frustradas diariamente por noticias de recrudescimiento del poder del Partido Comunista de China sobre su sociedad. El artículo analiza la construcción de la identidad nacional fundada en la humillación nacional como estrategia de difusión de la legitimidad de la elite política china a partir de una percepción del nacionalismo como esencial para mantener la estabilidad del régimen. Para ello estudia la formación de la identidad nacional, la constitución de los grupos dentro de la elite política de China y la elaboración del concepto de Poder Nacional Compreensivo.</p>
<p>Artigo recebido em: 01/03/2018. Aprovado em: 29/06/2018</p>	

Constantemente se observa em análises sobre a conjuntura chinesa conclusões pessimistas para o regime¹ do Partido Comunista da China (PCCh). O fim do crescimento econômico já foi profetizado na academia, assim como o fim do monopólio político promovido pelo regime do partido-estado. A premissa de que a ampliação das liberdades econômicas promovida desde 1979 desencadearia em pressões por maiores liberdades políticas e para democratização parecia uma conclusão inquestionável aos olhos de quem observava a República Popular da China (RPC) na virada da década de 1990.

As manifestações populares entre abril e junho de 1989 pareciam confirmar esse argumento. Os protestos que chegaram a contar com um número estimado de 1,2 milhão de pessoas na praça de Tiananmen antes do Secretário Geral do PCCh, Zhao Ziyang, se dirigir à multidão clamando pelo fim dos atos, em 19 de maio, e do primeiro-ministro, Li Peng, decretar lei marcial, no dia seguinte, exalavam o espírito rebelde de uma juventude que aspirava reformas no sistema a fim de torná-lo mais democrático (RICHELSON; EVANS, 1999). A conclusão do episódio com atos de profunda repressão estatal parecia, aos olhos estrangeiros, ser apenas mais um estímulo aos protestantes.

Com cerca de 10 mil manifestantes presos, sob o ângulo dos líderes do PCCh, os episódios configuravam um quadro de ameaça à estabilidade do regime. Passados mais de 25 anos, os números de incidentes de massa² continuam altos, se em 1993 a taxa chegava em 8.700 protestos ao ano, em 2005, último ano de divulgação de dados pela Secretaria de Segurança Pública³, foram calculadas 87.000 ocorrências e em 2010 estima-se um montante próximo a 180.000 (FEWSMITH, 2016). Um outro dado do próprio Departamento de Estado, apresentado na abertura da Sessão Plenária do Comitê Municipal de Guangzhou em 2011 destacou um número médio de 500 por dia (WANG, 2012), já uma estimativa mais modesta, do China Labour Bulletin⁴ (CLB) calcula 2664 greves no ano de 2016 (CLB, 2017).

O alto número de protestos verificados ainda hoje na China evidencia uma certa tolerância por parte das elites do PCCh a demandas sociais, contradizendo o argumento habitual de que regimes autoritários restringem as capacidades de mobilização de suas sociedades, às quais deveriam responder com violência e repressão (DAVENPORT, 1995; GOLDSTONE, TILLY, 2001; GOODWIN,

¹ Compreende-se por regime ou regime político “organizações formais ou informais, relações e regras que determinam quem pode empregar o poder do Estado para um determinado fim, assim como a forma como os que estão no poder lidam com os que não estão” (GOODWIN, 2001, p. 12-13, tradução nossa).

² Nome dado pelo PCC a protestos, manifestações e greves com mais de cinco pessoas, mas que recorrentemente passam das mil.

³ Órgão vinculado ao Ministério da Segurança Pública que coordena o trabalho das agências de segurança pública nas províncias, sendo responsável, entre outros atributos, pela prevenção, supressão e investigação de atividades criminosas e manutenção da segurança social e da ordem.

⁴ Uma organização sem fins lucrativos baseada em Hong Kong que monitora dados relacionados com o mercado de trabalho chinês.

2001, TARROW, 2011). Por outro lado, apesar do alto número de incidentes de massa, diferentemente de 1989, quando as reivindicações estavam voltadas para a liberalização do governo central, o que se observa atualmente é que a maioria dessas mobilizações apresentam demandas voltadas para questões econômicas e de condições trabalhistas.

Essa mudança no padrão das manifestações populares não ocorreu de forma aleatória. Alguns trabalhos (CHEN, 2012; LEE, ZHANG, 2013; LORENTZEN, 2013, 2015; TANNER, 2004) destacam a relevância da atuação do PCCh para a definição de um limite para os pleitos sociais, de forma a tolerar protestos à parte de questões políticas consideradas de risco para a estabilidade do regime. Por outro lado, incidentes de massa questionadores do regime do partido-estado, por direitos políticos, por direitos das minorias étnicas, pelo Falun Gong e aqueles de coordenação entre regiões ou nacionais, experimentam a repressão estatal.

A percepção de ameaça à segurança pela elite chinesa deixava de estar vinculada exclusivamente a assuntos militares externos para incluir questões domésticas, parte de um movimento experimentado no mundo todo após o fim da Guerra Fria (BUZAN, HANSEN, 2009; BUZAN, WÆVER, 2009; KATZENSTEIN, 1996). Nesse sentido, tornava-se imperativo o estabelecimento de políticas de estado destinadas à cooptação do

imaginário popular, tendo por objetivo esvaziar reivindicações desestabilizadoras e reafirmar a legitimidade do partido.

O foco seria a construção de uma identidade nacional que estimulasse um forte patriotismo, saudoso do histórico de grandeza do Império do Meio, e o combinasse com as sensações de impotência e vergonha impostas a partir das derrotas e ocupações da China por potências estrangeiras nos séculos XIX e XX (CALLAHAN, 2006; WANG, 2012). A narrativa “Nunca Esqueça a Humilhação Nacional”⁵ associada à memória do século de humilhação desempenha um papel central na difusão de um imaginário histórico que alimenta um sentimento de identidade associado a questões de segurança nacional.

A percepção de que uma identidade nacional centrada na memória histórica de humilhação poderia reconstruir a legitimidade do partido pós-Tiananmen leva a adoção de uma educação ideológica por meio da Campanha de Educação Patriótica, iniciada a partir de 1991. O produto das políticas de construção de uma narrativa nacional seria uma sociedade patriótica que vê no Ocidente e, principalmente, no Japão símbolos de um passado que se deseja superar e uma constante advertência dos riscos a que estaria sujeita a China sem a liderança forte do PCCh.

O presente artigo analisa a construção de identidade nacional pelo PCCh fundada na memória histórica da humilhação nacional como

⁵ “Nunca Esqueça a Humilhação Nacional”, em chinês 勿忘國耻 (*Wuwang guochi*).

estratégia de difusão da legitimidade da elite política chinesa a partir de uma percepção do nacionalismo como essencial para manutenção da estabilidade do regime. Para isso, o trabalho será dividido em duas etapas, uma primeira destinada a uma análise teórica das diferentes perspectivas da academia acerca do processo de formação da identidade nacional, apresenta-se as correntes primordialista, construtivista e instrumentalista para analisar o caso chinês.

Feita a análise teórica e definida a importância da constituição de uma identidade nacional robusta fundada em memórias históricas selecionadas e mitos e símbolos capazes de referendar a legitimidade do partido-único, a segunda parte do artigo questiona a ideia de uniformidade entre a elite chinesa, fazendo uma análise dos diferentes grupos da elite política da RPC, abordando a ascensão do Movimento Novo Iluminismo ao poder, junto com Deng Xiaoping. Por fim, a terceira parte será destinada à formulação de uma teoria nacional de poder, a partir do conceito de poder nacional compreensivo elaborado por Huang Shoufeng, que logrou em estabelecer questões domésticas como essenciais para a projeção internacional chinesa e para a estabilidade política e social.

A construção da identidade nacional

很久以前 (hěnjiǔ yǐqián). A expressão chinesa traduzida tradicionalmente como “há muito tempo atrás”, mas com um significado

literal mais próximo de “muito tempo à frente” revela uma diferença na percepção que o Ocidente e os chineses possuem do passado. Se para o primeiro a percepção do passado é a de tudo que se encontra atrás do interlocutor, para o segundo trata-se de tudo aquilo que está à sua frente. O efeito prático é o de que enquanto ocidentais tratam o passado como superado, focando seus pensamentos no futuro, para o chinês, o futuro é desconhecido, e portanto, deve ser representado pelo que se encontra às costas do observador, que observa à sua frente toda sua trajetória até agora, de onde absorve experiências e lições para o presente.

Essa breve análise de como uma expressão na língua chinesa é capaz de ilustrar a forma como um povo lida com sua história é fundamental para compreender de que forma experiências do passado foram determinantes para a formação da identidade do povo. A formação da China como um Estado Nação é definida por grande parte da academia a partir da primeira guerra do ópio de 1839-42, quando converte um império dominado culturalmente pela etnia han em uma sociedade com um projeto nacional (CABDESTAN, 2005). Dentro dessa lógica, a humilhação⁶ sofrida pela imposição de condições extremamente

⁶ Considera-se humilhação, neste caso, o conceito trazido por Bertrand Badie, o qual não se confunde com uma característica psicológica, sendo percebido como um resultado das normas, práticas e interações no sistema internacional sobre alguns de seus atores em um determinado período de tempo. Em sua definição de humilhação internacional, engloba “qualquer atribuição autoritária de uma condição inferior àquela desejada, de forma que não se conforme com as normas definidas” (BADIE, 2014, p. 13) e deve, portanto, ser diferenciada de sentimentos como vergonha, trauma e ressentimento.

desfavoráveis nas relações entre o antigo império chinês, até então considerado a civilização mais avançada do mundo, e o Reino Unido teria desencadeado a construção da nação e da identidade nacional.

Para além do debate acerca do momento de formação da nação chinesa, é indiscutível o papel central dado à humilhação histórica sofrida pela China por cem anos entre a primeira guerra do ópio até a chegada do PCCh ao poder, em 1949, na construção de uma identidade coletiva. A promoção de um sentimento nacional de humilhação histórica reflete resultados não apenas na política doméstica, possibilitando a manutenção do regime e das estruturas de dominação do PCCh, mas também na política externa, construindo imagens do Ocidente e do Japão que impactam nas expectativas populares quanto à atuação diplomática que a China deve exibir. Transmitida de geração em geração, a reafirmação dessa experiência histórica desempenha um papel fundamental na formulação de políticas por parte do PCCh, que identifica a manutenção de uma coesão cultural e étnica nacionais como cruciais para a sua perpetuação do poder.

A formação da identidade coletiva em grandes grupos – aqui referidos não como grupos de 30 a 150 indivíduos, padrão da literatura de psicologia, mas como grupos que atingem a marca de milhares ou milhões de indivíduos que compartilham entre si uma nacionalidade, uma etnia, uma religião ou uma

ideologia política capaz de gerar um sentimento de pertencimento ao coletivo (VOLKAN, 2009) – e a transmissão da memória histórica é abordada de forma díspar na academia, dentro da qual é possível identificar análises primordialistas, construtivistas e instrumentalistas (WANG, 2012, 2018).

Uma primeira perspectiva que se observa afirma que elas decorrem dos laços geracionais que partilham de um mesmo sangue, parentesco, linguagem e história, de modo que o futuro seria um resultado das experiências sofridas por gerações passadas. Nomeados de primordialistas, esse grupo de autores acredita que a definição da identidade nacional é uma consequência de fatores objetivos que se distinguem entre as sociedades. Nesse sentido, Otto Bauer, ao definir nação como “uma comunhão de caráter que brota de uma comunhão de destino, e não de uma mera semelhança de destino” (2008, p. 8).

De acordo com essa definição, é importante para Bauer que haja o compartilhamento de caráter, entendido como um conjunto de características culturais – construídas através da educação, da legislação, dos costumes, da religião, da ciência, da arte e da política – capazes de criar um sentimento de pertencimento. Deve englobar, também, um destino comum, reflexo dos acontecimentos históricos experimentados pela coletividade de um povo, mas não só pelo seu desfecho, mas por todos os caminhos percorridos. Anthony Smith (1988) compartilha de interpretação semelhante,

ao criticar a abordagem que considera que as nações tenham sido fundadas a partir das revoluções modernas que suplantaram antigos impérios agrários e fundaram os Estados Modernos, ao revés, nações modernas teriam sido construídas sobre identidades étnicas pré-existentes, combinando heranças culturais de difícil mudança.

A segunda interpretação é a construtivista, que percebe a identidade e a etnia como construções sociais, de modo que as “pessoas escolhem uma história e ancestrais comuns e criam, tanto quanto descobrem, diferenças dos outros” (WANG, 2012 – tradução nossa). Benedict Anderson seria um dos principais autores dentro desse grupo, pensando nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (2008, p. 32).

A partir de uma análise da definição do autor, é possível observar a interpretação da identidade nacional como produto de uma construção coletiva. Ao definir nação como uma comunidade, argumenta estar fundada em um sentimento de fraternidade, independente das estruturas de exploração que possam existir entre seus membros, acrescentando o adjetivo “imaginada”, evidencia a impossibilidade de sua existência sem que seus membros se identificassem como pertencentes a um grupo. Contudo, adverte que independente dos critérios de pertencimento estabelecidos pelos

seus habitantes, toda nação é limitada a uma fronteira dentro da qual seja soberana.

Maurice Halbwachs (1990) aplica essa noção de construção social à memória coletiva, para quem “a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo”. Isso permite que ele perceba as mutações sofridas pelas memórias coletivas ao longo das gerações de modo a manipular acontecimentos e personalidades históricas para melhor adaptá-las ao presente. Portanto, apesar da memória coletiva não conhecer limites temporais lineares entre passado e presente, elas só possuem validade dentro de “um grupo limitado no espaço e no tempo”.

De forma semelhante, Ronald Jepperson, Alexander Wendt e Peter Katzenstein (1996) analisam políticas de segurança nacional como construções sociais derivadas de normas, da identidade e da cultura nacionais, estando sujeitas a variações ao longo do tempo. Em sua análise, os autores destacam a influência que o ambiente cultural doméstico e externo tem um impacto direto na formulação das políticas de segurança. Seus efeitos influenciam Estados de diferentes formas, seja na percepção de ameaça à sua sobrevivência, seja alterando a própria forma como identificam seus interesses ao longo do tempo, ou até mesmo mudando a forma como interpretam a sua condição dentro de um sistema internacional.

Por fim, o instrumentalismo percebe o estímulo à identidade nacional e a promoção de memórias coletivas como mecanismos utilizados pelas elites para solidificar seu poder e ganhar apoio popular, manipulando o passado de acordo com seus interesses para o presente e o futuro (WANG, 2012). Em sua análise acerca do conflito Sérvio, Gagnon (1994) estabelece uma relação entre o surgimento de conflitos étnicos e o interesse das elites, que constroem um sentimento de ameaça fundado na identidade étnica para afastar questionamentos quanto a sua legitimidade. Em suas palavras,

Essa estratégia é uma resposta das elites governantes a mudanças na estrutura do poder político e econômico doméstico: construindo o interesse individual em termos da ameaça ao grupo, as elites ameaçadas podem afastar os desafiadores domésticos que procuram mobilizar a população contra o status quo, e podem se posicionar melhor para enfrentar os desafios futuros (GAGNON, 1994, p. 132).

Kaufman (2001) se apropria da definição de etnia de Anthony Smith (1988) de um grupo que compartilha um nome, descendência, memória histórica, elementos culturais, linguagem ou religião comuns e o apego a um território, para acrescentar a necessidade de um complexo que conjuga mitos e símbolos para que seja criada uma ligação entre todos os elementos. Os mitos são criados a partir da crença coletiva no significado de um determinado evento ou ação, na qual sua veracidade é irrelevante, importando apenas as sensações criadas em um grupo a partir do valor atribuído aos

acontecimentos. Diretamente associado ao mito, o símbolo seria um episódio com profundo valor emocional e com referência direta ao mito.

Fazendo um paralelo com o caso chinês, é possível definir como mito a crença do “século de humilhação”, que permeia o imaginário da população e é reafirmado constantemente pelo PCCh. Dentro desse mito, o massacre de Nanjing, perpetrado por tropas japonesas em 1937 contra o povo chinês, marcado por saques, torturas, estupros e assassinatos em massa, com estimativa de 300 mil vítimas em um período de seis semanas, representa um símbolo marcante para o mito que alimenta o sentimento transmitido pelo discurso de “Nunca Esqueça a Humilhação Nacional”.

Retornando ao estudo de Kaufman (2001), o autor questiona duas das principais premissas da teoria da escolha racional, segundo a qual as preferências das pessoas são estáveis e ordenadas, e suas escolhas tendem a seguir uma lógica racional de maximização da sua utilidade. Segundo ele, as escolhas são tomadas em resposta à invocação do símbolo mais potente emocionalmente, o que dá origem à teoria da escolha simbólica. Nesse sentido, argumenta que decisões políticas são tomadas de forma emotiva e não racional, portanto, a “política é principalmente sobre a manipulação das emoções das pessoas e os símbolos fornecem as ferramentas para essa manipulação” (KAUFMAN, 2001, p. 28).

Consequentemente, elites políticas possuem o poder de construir narrativas

fundadas em mitos e símbolos nacionais e explorá-las por meio de discursos, propaganda e do sistema educacional. A simples exposição de uma memória histórica contém em suas raízes uma análise política realizada pelo relator sobre a experiência abordada e que é transmitida, muitas vezes, de forma passiva pelo público. Assim, feriados e comemorações nacionais, como o Dia da Lembrança (Memorial Day), criado em 2014 para lembrar o massacre de Nanjing, exaltam episódios da história de um país que sua elite deseja lembrar e reproduzir, em contraposição a outros eventos cuja omissão guarda em si uma pretensão de esquecimento (WANG, 2012).

Em um simples percurso pelo Museu Nacional da China, localizado à leste da praça de Tiananmen, em Beijing, o visitante é confrontado com a narrativa histórica que exalta a humilhação sofrida pelo povo chinês no passado e a glória do PCCh, que logrou libertar o povo chinês de toda exploração e sofrimento em 1949. Narrativas semelhantes podem ser encontradas em museus destinados especificamente para a abordagem desses períodos históricos nos quais o sentimento de humilhação era latente, como o Museu da Guerra do Ópio, em Guangdong, ou o Salão Memorial do Massacre de Nanjing, em Nanjing.

A garantia de uma hegemonia no discurso que constitui a memória histórica por parte da elite revela ser uma condição

necessária para a manutenção da estabilidade política. O sistema educacional é, portanto, um instrumento fundamental para a difusão da ideologia da elite que, ao contrário de mostrar a pluralidade de pensamentos e os diversos conflitos e contradições dentro da sociedade, acaba por reproduzir um falso consenso ideológico que reinterpreta ou elimina experiências de contestação ao status quo (APPLE, 1990, 2003).

Consciente da ameaça à estabilidade política e social na China na sequência da repressão aos protestos de Tiananmen, em 1989, o PCCh lançou na década de 1990 a Campanha de Educação Patriótica, a qual pretendia alterar a narrativa da história chinesa com o objetivo de exaltar a importância do partido. Abandonou-se o discurso de vitória dos camponeses, trabalhadores e intelectuais sobre a luta de classes para o de vitória sobre a dominação estrangeira (FEWSMITH, 2016). A legitimação do regime chinês passava a ser construída aliada a um patriotismo, com o argumento de que “as condições nacionais da China eram únicas e não estavam prontas para adotar uma democracia liberal ocidental. Em vez disso, a regra do partido único deveria continuar porque ajudaria a manter a estabilidade política, condição prévia para o rápido desenvolvimento econômico” (ZHAO, 2008).

Essa mudança na narrativa que constrói as bases da memória histórica da Revolução Comunista de 1949 evidencia a percepção da importância da manutenção do sentimento de

legitimidade para o PCCh. Nas palavras de Weber (2002, p. 170 – tradução nossa), “nenhuma dominação se contenta voluntariamente com ter como probabilidades de sua persistência motivos puramente materiais, afetivos ou racionais com base em valores. Para além, todas procuram despertar e fomentar a crença em sua legitimidade”. A legitimidade do partido seria, portanto, construída em uma base racional do direito adquirido a partir dos resultados obtidos para a manutenção da sua autoridade legal.

Ainda que o objetivo deste trabalho não seja o de identificar e definir todas fontes da legitimidade do PCCh na sociedade, debate desenvolvido por Shue (2010), Tong (2011) e Zhao (2001), é necessário perceber a preocupação da elite política chinesa com o tema. Segundo Tong, “nenhum país se preocupa com legitimidade do regime mais do que a China e nenhum país removeu regimes ilegítimos mais vezes do que a China” (2011, p. 145 – tradução nossa), razão que evidencia a importância do controle da narrativa histórica pelo partido.

A estratégia calculada dos líderes do PCC de construção de um sentimento patriótico seria beneficiada por diversos episódios internacionais que acabariam sendo noticiados como tentativas de contenção do crescimento chinês. Ainda em 1993, no início da campanha, a RPC pleiteava sediar os Jogos Olímpicos de 2000, derrotada por Sidney, coube ao Departamento de Propaganda construir um

argumento de que os Estados Unidos haviam liderado a votação contra a China por oposição ao país, não pelas violações de direitos humanos. Em 1998, um bombardeio estadunidense à embaixada chinesa de Belgrado provocaria protestos nacionais. Em 2001, o mesmo aconteceria após a colisão no Mar do Sul da China de uma aeronave militar chinesa com um avião de inteligência US EP-3. Sucessivamente, foi sendo construído o discurso doméstico de que os Estados Unidos estariam tentando conter a China, enquanto internacionalmente líderes chineses buscavam cooperar com estadunidenses (GRIES, 2004; ZHAO, 2008; FEWSMITH, 2016).

Sob o argumento de defensor de um projeto de desenvolvimento nacional e da sua imprescindibilidade para a sua implantação, o PCCh soube atrelar a construção de uma memória histórica fundada na humilhação nacional sofrida por potências Ocidentais e pelo Japão no passado a acontecimentos recentes que justificassem a sua liderança política. Contudo, apesar da aparente unanimidade no discurso, seria inexato concluir haver uma uniformidade ideológica dentro da própria elite chinesa. Apesar do sistema de partido-único, é possível identificar ao longo do tempo uma constante disputa pela liderança política. Essa concorrência, que pode ser traçada desde a experiência traumática das guerras do ópio de 1940, deu origem a grupos que disputariam a centralidade do processo decisório chinês ao longo do tempo.

A ascensão do movimento novo iluminismo na elite chinesa e o surgimento de uma teoria nacional de poder

As elites política e intelectual chinesas desempenharam um papel central na formação do nacionalismo contemporâneo. Ainda pós-1840, em uma China dividida em zonas de influência e de concessões estrangeiras, era possível observar uma profunda cisão na elite chinesa, com discursos opostos, mas também favoráveis às potências ocidentais. Jean-Pierre Cabestan (2005) faz uma análise do desenvolvimento de cada uma das quatro faces da elite chinesa e suas interpretações sobre as potências estrangeiras.

A parcela mais radical apresentaria posicionamento não só anti-Occidente, mas anticristão e racista, alimentada por crenças populares milenares, dariam origem a uma tradição nacionalista xenófoba, cuja principal expressão seria a rebelião Boxer de 1900, mas que também teria grande influência durante a Revolução Cultural. Desde o início das modernizações de Deng Xiaoping, em 1979, essa parcela da elite tem permanecido adormecida, apesar do aumento do sentimento nacionalista, contudo, seria precipitado afirmar o seu desaparecimento.

O segundo grupo, que dá origem à tradição nacionalista “instrumentalista”, busca adotar traços da cultura ocidental capazes de fortalecer o Estado para resistir à dominação e

às ideias estrangeiras. Zhang Zhidong (1837-1909), um dos principais nomes do final da dinastia Qing seria um dos seus primeiros expoentes, advogando por “ensinamentos chineses para princípios fundamentais e ensinamentos ocidentais para aplicação prática”. Sua crítica à rebelião Boxer em 1900 serviria de motivo para que sua tumba fosse destruída pelo Exército Vermelho durante a Revolução Cultural, em 1966.

Essa corrente também foi crítica às reformas dos Cem Dias, em 1898, sendo uma das razões do seu fracasso. Foi majoritária no PCCh pelos 30 anos que se seguiram à fundação da RPC, em 1949, se apresentando como modernizadora e anti-confucionista, quando na verdade é conservadora e defensora da manutenção de uma sociedade tradicionalmente rural. Esse grupo também parece estar dormente desde 1979, ainda que posicionamentos ambíguos chineses com relação ao Ocidente possam ser explicados pela atuação dessa parcela da elite chinesa dentro do partido.

O terceiro grupo chamado de “nacionalismo modernizador da elite reformista”, teve como primeiro expoente Kang Youwei (1858-1927), defensor não apenas das técnicas, mas também das ideias do Ocidente, ainda que se mantivesse como um apoiador do Confucionismo reformado. Seria um dos idealizadores das reformas dos Cem Dias, de 1898, que propunha uma profunda reformulação do governo e da sociedade chinesas, extremamente similar às reformas de Deng

Xiaoping e às políticas de seus sucessores. Ainda que mais próximo ao Ocidente, esse nacionalismo ainda mantém a exaltação do PCCh como único capaz de garantir o consenso social por meio do “Estado de Direito Socialista”.

Resta para a última corrente o nacionalismo amplamente favorável ao Ocidente, dentre os quais Yan Fu (1852-1921) foi um dos primeiros expoentes, ao introduzir obras de importantes pensadores políticos Ocidentais na China, como John Stuart Mill e Montesquieu, defendendo a adoção do sistema parlamentar britânico para a China. Exerceu profunda influência entre líderes do Kuomintang, em especial Sun Yat-sen, que definiu o nacionalismo, a democracia e o bem-estar do povo como “os três princípios do povo”, e que propôs o estabelecimento de instituições políticas democraticamente eleitas, divididas em 5 conselhos ou Yuans, combinando a separação de poderes iluminista (legislativo, executivo e judiciário) com a tradição administrativa chinesa (poderes de exame, decorrentes dos exames competitivos imperiais, e de controle, inspirados pela censura). Chang Kai-shek e outros sucessores passariam a defender a adoção de práticas Ocidentais para modernizar as instituições, leis, economia e o sistema educacional.

As diferentes faces da elite política chinesa permanecem latentes dentro da estrutura do PCCh, evidenciando uma complexidade muitas vezes ignorada em

análises que partem da ideia da existência de unidade entre a elite em regimes autoritários. A morte de Mao Zedong e o fim da Revolução Cultural consolidaria um período de reformas econômicas que já haviam sido propostas desde 1975. Quando o primeiro ministro chinês Zhou Enlai declarou, na Quarta Sessão do Congresso Nacional do Povo, a modernização econômica como o caminho a ser seguido, e Deng Xiaoping, vice primeiro ministro na época, propôs uma renovação completa das políticas de estado, ambos tiveram suas propostas condenadas por Mao Zedong (POMAR, 2003; STAAR, 2010).

A reabilitação de Deng, em 1977, e a vitória das “quatro modernizações” sobre a “duas todas”⁷ de Hua Kuofeng, daria início ao processo de reforma da agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia que possibilitaria a transformação da China sem que a autoridade do PCCh fosse ameaçada (POMAR, 2003; XU, 2004). Abandonava-se o “socialismo autêntico” de Mao, crítico à modernização capitalista euro-americana, para adotar um “socialismo reformista”, defensor da “mercantilização” da economia e da convergência da economia, cultura e sociedade chinesas com o sistema capitalista

⁷ Após assumir a presidência do PCCh e se tornar primeiro ministro do Conselho de Estado, Hua defenderia que o partido mantivesse suas políticas atreladas às “duas todas”, o que significava: “todas as diretivas” e “todas as orientações” de Mao, resistindo a qualquer revisão que pudesse rever políticas prévias (POMAR, 2003). Essa perspectiva encontraria resistência por parte do “Movimento para Liberação do Pensamento”, processo educacional intrapartido que propunha uma releitura dos dogmas socialistas (XU, 2004).

contemporâneo, sob a perspectiva de que seria o desenvolvimento econômico que possibilitaria a consolidação do projeto nacional incompleto.

Emergia no início dos anos 1980 na China o Movimento Novo Iluminismo, combinando bases do iluminismo francês com o liberalismo anglo-americano, em uma expressão clara da dicotomia entre tradição e modernidade observada na China no período. Com a incorporação de parte dos intelectuais idealizadores desse movimento pelo Estado, o modelo de desenvolvimento Ocidental deixava de ser percebido como uma ameaça para ser abertamente abraçado pela elite política chinesa (WANG, 1998).

Mudava, também, a percepção chinesa sobre o seu posicionamento no mundo, não só com uma abertura econômica, mas também com uma revisão do pensamento de Mao de que “uma guerra mundial seria inevitável” para o de que “uma guerra mundial provavelmente pode ser evitada” (PILLSBURY, 2000, p. 210). Deng Xiaoping começa, então, a estimular acadêmicos chineses a formular uma teoria nacional capaz de compreender os desafios futuros e a calcular a capacidade chinesa de superá-los. O resultado seria um conceito de poder que possibilitasse a consolidação da China como uma grande potência, combinando aspectos da política doméstica nacional com de política externa.

O poder nacional compreensivo e a percepção da estabilidade como determinante para a projeção internacional chinesa

A demanda por uma teoria chinesa capaz de guiar o PCCh na sua estratégia de transformar a China em uma grande potência, sem que isso implique em uma perda da sua capacidade de liderança acaba por produzir, em 1984, um estudo sobre a estratégia de defesa nacional da China para o ano 2000. O principal produto desse estudo seria o conceito de 综合国力 *zonghe guoli* ou poder nacional compreensivo⁸ (PNC), o qual justificaria sua inspiração nas obras de pensadores clássicos chineses, como Sun Tzu, Wu Zi e Guan Zhong, para os quais conquistar uma guerra exige forças além do poder militar (WU, 1995; PILLSBURY, 2000).

O objetivo seria não apenas de compreender de que forma a China deveria se posicionar internacionalmente para ampliar sua projeção de poder, mas o de compreender como a política doméstica influencia nesse cálculo. Para isso, seria necessário elaborar uma teoria que não se limitasse a estabelecer conceitos abstratos, mas que fornecesse um método quantificável, capaz de proporcionar ao PCCh a capacidade de calcular de que forma deveria empregar seus recursos para atingir seus objetivos.

⁸ Outras possíveis traduções seriam poder nacional múltiplo, poder nacional composto, ou poder nacional sintetizado.

Partindo da percepção de que não bastaria considerar as capacidades materiais para se atribuir o poder de um estado, o Coronel Huang Shuofeng⁹ (1992) desenvolve uma análise da balança de poder internacional a partir de tentativas de autores como Wilhelm Fucks e Ray Cline de quantificar o poder nacional utilizando fórmulas com variáveis múltiplas¹⁰. Fucks parte de um índice multivariável não linear expresso em nove expressões que variam umas das outras: $M = p^2z$, $M = p^{3/2}z$, etc., sendo M a variável dependente referente ao poder nacional, e p , z e z_1 as variáveis explicativas referentes a tamanho da população, produção de energia e produção de aço, respectivamente (FUCKS, 1965). O fato de considerar apenas capacidades materiais levaria Huang a descartar esse modelo por considerar suas variáveis insuficientes.

Por outro lado, Cline (1975) apresenta uma equação que conjuga população e território (C), poder econômico (E), poder militar (M), estratégia nacional (S) e desejo nacional (W) para calcular o poder nacional percebido (P), sendo $P = (C + E + M) \times (S + W)$. Apesar de apresentar variáveis abrangendo tanto capacidades materiais quanto aspectos políticos, Huang critica o fato de o segundo grupo não ser objetivo e unificado, além de não

avaliar o impacto da ciência e tecnologia. Outro problema identificado na fórmula de Cline deriva do fato dela ser estática e não considerar as alterações do PNC do país ao longo do tempo, algo essencial em um estudo que pretendia calcular estratégias para a superação de limitações para a ascensão chinesa (PILLSBURY, 2000).

A partir das críticas tecidas aos autores ocidentais analisados, Huang desenvolve a sua definição do PNC como um sistema complexo composto de quatro subsistemas principais: poder material ou duro, incluindo recursos naturais, econômicos, ciência e tecnologia e defesa nacional; poder espiritual ou brando¹¹, abrangendo questões psicológicas, políticas, relações internacionais, cultura e educação; poder coordenado, que corresponde a questões de liderança, como organização, comando, administração e tomada de decisões; e o ambiente, que considera as limitações ao poder nacional compreensivo (GOLDEN, 2011). Esse sistema indexado do PNC, expresso na figura 1, constitui a base qualitativa da análise de Huang.

Figura 1: Subsistemas e índices do Poder Nacional Compreensivo

Subsistemas	Índices
Poder político	objetivos de estratégia nacional; estabilidade política; nível político; capacidade nacional de liderança, organização e tomada de decisão; capacidade de contribuição internacional
Poder da	relações políticas externas; relações

⁹ Membro da Academia Militar de Ciência do Exército de Libertação Popular.

¹⁰ Outros centros de pesquisa chineses também se debruçaram no estudo do PNC, contudo, outou-se por abordar somente o esforço de Huang Shuofeng por acreditar ser o trabalho mais completo.

¹¹ Com o objetivo de evitar possíveis confusões com os conceitos de Joseph Nye, o presente artigo opta pelo uso dos termos poder material e poder espiritual.

Política Externa	econômicas externas; relações militares externas; capacidades das atividades diplomáticas; capacidade de contribuição internacional
Poder de Ciência e Tecnologia	tropas de ciência e tecnologia (cientistas e engenheiros, pessoal de tecnologia); investimento em ciência e tecnologia (total, proporção do PNB); nível científico e tecnológico (alta ciência e tecnologia, ciência geral e tecnologia); sistema de ciência e tecnologia; velocidade de progresso científico e tecnológico; contribuição do progresso científico e tecnológico; resultados científicos e tecnológicos e aplicações
Poder de Defesa Nacional	exército permanente (nuclear, convencional) e forças de reserva; investimento em defesa nacional; ciência e tecnologia de defesa nacional e indústria de defesa nacional; bases e instalações de defesa nacional; reservas estratégicas de materiais e salvaguardas logísticas; educação e formação em defesa nacional; estabelecimento do sistema de defesa nacional; ideologia da defesa nacional do povo e a moral da tropa; teoria militar

Fonte: Elaboração com base nos dados de Golden (2011, p. 98), Huang (1992, p. 169-172) e Pillsbury (2000, p. 224).

Dessa forma, Pillsbury define o sistema indexado do PNC de Huang como “um grande sistema de múltiplas camadas composto por um número de subsistemas e sub-subsistemas interligados. Este sistema complexo forma a base para seus métodos de cálculo” (2000, p. 233). Huang busca, então, estudar por meio de métodos quantitativos de que forma os diversos subsistemas interagem entre si ao longo do tempo, estabelecendo uma função para o PNC na qual seja possível calcular seu crescimento e desenvolvimento, mantendo fixos os ambientes interno e externo e as condições naturais.

Ele estabelece a equação $Y_t = F(x_1, x_2, \dots, x_n; t)$, na qual o PNC é representado por Y_t , os diversos fatores que o compõem estão representados em x_1, x_2, \dots, x_n , sendo funções do tempo, cuja variação é representada por t . A partir dessa equação, Huang define três macro variáveis derivadas dos seus quatro subsistemas, o poder material (H_t), o poder espiritual (S_t) e o poder coordenado (K_t), mantendo o ambiente estável e respeitando o materialismo dialético marxista, para o qual cada um dos objetos mantém sua independência e são suas conexões e interações que os tornam parte de uma parte unificada (HUANG, 1992; PILLSBURY, 2000).

Assim, desenvolve uma nova função do poder nacional, $Y_t = F(H_t, S_t, K_t)$, que Huang reescreve a equação como $Y_t = K_t x (H_t)^\alpha x (S_t)^\beta$, onde K_t é o coeficiente coordenado, H_t a “massa” do PNC, α é o “índice de elasticidade dura”, S_t a aceleração do CNP e β o “índice de elasticidade branda”. Dessa forma, ele atribui ao poder material (H) um peso α derivado do desenvolvimento econômico do estado, assim como ao poder espiritual (S) um impacto β referente a instabilidades internas ou externas, tornando-os mais ou menos relevantes do que o poder coordenado (K).

Com base nessa equação, o autor desenvolve uma equação dinâmica capaz de calcular a evolução e o desenvolvimento do poder nacional compreensivo, assim como equações para o cálculo dos diversos subsistemas que o compõe, variando desde

métodos de cálculo do poder de defesa nacional e do poder científico e tecnológico, até crescimento populacional, produto nacional bruto e crescimento da renda nacional. Por fim, utiliza quatro métodos para avaliar e medir o PNC: um índice numérico para calcular o poder material na equação dinâmica, uma avaliação especialista para o poder espiritual, coeficientes ponderados para o poder coordenado e métodos de julgamento vagos para alguns fatores indeterminados (HUANG, 1992; PILLSBURY, 2000).

Cada um desses métodos será usado para formar um índice comparativo dos países com base em uma relação unificada na qual o valor de 100% é atribuído aos Estados Unidos e os demais são determinados comparativamente a eles. A partir de então, Huang faz um cálculo estimado do desenvolvimento do CNP dos Estados até o ano 2000, porém, aplicando suas fórmulas, Pillsbury foi capaz de prever o PNC até o ano de 2020, conforme pode ser observado nas figuras 2 e 3.

Alemanha	378,10 (3)	558,23 (3)	772,36 (2)	1068,63 (3)	3,3%
Japão	368,04 (4)	537,39 (4)	736,35 (4)	1009,4 (4)	3,2%
China	222,33 (6)	437,35 (5)	768,35 (4)	1350,63 (2)	5,8%
França	276,35 (5)	384,93 (6)	507,36 (5)	668,73 (6)	2,8%
Inglaterra	214,08 (7)	281,24 (7)	353,05 (8)	443,19 (8)	2,3%
Brasil	156,05 (8)	267,70 (9)	419,72 (7)	658,09 (7)	4,6%
Índia	144,16 (9)	274,08 (8)	468,15 (6)	799,67 (5)	5,5%
Canadá	136,64 (10)	177,41 (10)	220,56 (9)	274,18 (9)	2,2%
Austrália	112,59 (11)	147,91 (11)	185,67 (10)	233,07 (10)	2,3%

Fonte: Pillsbury (2000, p. 248) com base nos cálculos de 1989 e 2000 de Huang Shuofeng (1992, p. 220-1).

Figura 2: Projeções de CNP para 2020 segundo estatísticas de Huang

País	1989	2000	2010	2020	Crescimento anual
Estados Unidos	593,33 (1)	816,85 (1)	1066,21 (1)	1391,71 (1)	2,7%
União Soviética	386,72 (2)	648,34 (2)	—	—	—

O interessante do conceito de PNC de Huang Shuofeng reside no fato de perceber a capacidade do PCCh em desempenhar suas funções de liderança como uma variável independente para a projeção da imagem de liderança internacional da China. Ademais, considera que instabilidades internas e externas tenham um impacto direto no poder espiritual ou brando do país, dessa forma, movimentos

separatistas têm o potencial de minar a imagem que a RPC se esforça para construir. A partir dessa teoria, torna-se evidente a percepção da elite da importância do fortalecimento da identidade nacional chinesa para a manutenção da estabilidade política e social.

A consolidação de uma identidade nacional fundada na memória histórica de humilhação nacional experimentada no passado do qual o PCCh foi o principal responsável pela sua superação tem por objetivo reproduzir na sociedade um sentimento de dependência da liderança do partido para a perpetuação do crescimento econômico e a elevação da condição internacional da RPC. Independente das divergências entre os diferentes grupos da elite chinesa, a percepção da estabilidade política e social como condicionantes para a sua perpetuação no poder serve como cola que os mantém unidos em um sistema de liderança coletiva nos principais órgãos tomadores de decisões do governo.

Dessa forma, pode-se esperar um excessivo esforço do partido em evidenciar sua capacidade de liderança, representada no poder coordenado, assim como um combate a qualquer fonte de instabilidades identificadas. Combina-se, portanto uma estratégia de alta publicidade de atos do governo, por meio de um controle expresso da mídia com uma instrumentalização da memória coletiva, por meio de mitos e símbolos que retratem a humilhação histórica do povo chinês, garantindo uma imagem de eficiência no

passado e no presente do PCCh que justifique a sua manutenção no poder para o futuro e assegure a sua legitimidade.

Considerações finais

Os protestos na praça de Tiananmen entre abril e junho de 1989 serviram como um solavanco na elite política da China que passou a perceber a necessidade de investimento na construção de uma memória histórica que justificasse a sua necessidade na liderança do país. A exaltação do século de humilhação como mito fundacional da nação chinesa contemporânea, para a qual criam-se frases de efeito, como “Nunca Esqueça a Humilhação Nacional”, feriados, como do Dia da Lembrança, ou celebrações, passa a ser o elemento central para a reafirmação da identidade nacional.

A utilização da narrativa histórica para promover versões de acontecimentos de uma forma desejada pela elite política de um Estado não é novidade chinesa. Ao longo da história, vencedores promoveram as suas perspectivas de acontecimentos passados, exaltando suas glórias e ocultando falhas. Não surpreendentemente, americanos encontram dificuldade em perceber a guerra do Vietnã como uma derrota, ou ingleses em reconhecer seus crimes de guerra nos conflitos durante a Segunda Guerra Mundial. A seleção entre memórias históricas que merecem entrar no imaginário coletivo

exerce influência central na construção da identidade nacional de um povo.

A construção da percepção do lugar do pensamento ocidental na sociedade chinesa não foi fruto de uma unanimidade, como imagina-se ocorrer em um sistema de partido-Estado. As divisões dentro da elite política e intelectual remontam a um período anterior à Revolução de 1949 e refletem contradições existentes ainda hoje. Esses grupos disputam espaço dentro do PCCh e influenciam na formulação do discurso oficial e na seleção das memórias históricas merecedoras de destaque.

A compreensão da importância da construção dessa identidade nacional para garantir a estabilidade política e social e construir a imagem internacional da China, está expressa não apenas em atos do PCCh, mas também em escritos acadêmicos que buscam compreender os processos pelos quais o país está passando. O trabalho de Huang Shuofeng busca compreender justamente de que forma o Estado chinês deve agir para aumentar seu poder relativo em comparação com outros Estados. Ao elaborar sua teoria do poder nacional compreensivo, o define como variável dependente do poder coordenado, que corresponde à capacidade de liderança do partido; do poder material ou duro; e do poder espiritual ou brando, sendo este último impactado pela estabilidade ou instabilidade doméstica e internacional.

Evidencia, dessa forma, que não basta ao Estado a combinação de fontes de poder

material e capacidade de influência, como teorizado por outros autores, para ascender ao nível de outras grandes potências. A preocupação com a capacidade de manutenção da governabilidade e da coesão dentro do partido somado ao impacto que atribui às instabilidades domésticas e internacionais ao poder brando demonstram a importância que questões domésticas desempenham nas pretensões internacionais chinesas.

A mudança dos tipos de demandas apresentadas em incidentes de massa do final da década de 1980, quando se pleiteava maior liberdade política, para a atualidade, quando protestos reivindicam direitos trabalhistas, de meio ambiente, entre outros temas que não possuem qualquer questionamento ao regime, sugerem um sucesso na estratégia da elite política chinesa de construção da estabilidade. Contudo, se por um lado o controle do partido sobre a narrativa histórica possibilite a construção de um nacionalismo, a repressão e o controle do acesso à informação podem minar a confiança da população.

Seja doméstica, seja internacionalmente, o governo chinês goza hoje de um prestígio invejável, quando Xi Jinping se consolida como líder central da China, tendo seu pensamento incluso na constituição e a China passa a ser vista como bastião do comércio internacional e promotora de desenvolvimento nos países do Sul Global.

Referências

- APPLE, Michael. *Ideology and Curriculum*. New York: Routledge, 1990.
- _____. *The state and the politics of knowledge*. New York: Routledge, 2003.
- BADIE, Bertrand. *Le temps des humiliés: Pathologie des relations internationales*. Paris: Odile Jacob, 2014.
- BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAM, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, pp. 45-83.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. Macrosecuritization and security constellations: reconsidering scale in securitization theory. *Review of International Studies*, n. 35, 2009. pp. 253–276.
- CABESTAN, Jean-Pierre. The Many Facets of Chinese Nationalism. *China Perspectives*, n. 59, 2005.
- CALLAHAN, William A. History, Identity, and Security: Producing and Consuming Nationalism in China. *Critical Asian Studies*, v. 38, n. 2, 2006. pp. 179-208.
- _____. Identity and Security in China: The Negative Soft Power of the China Dream. *Politics*, v. 35, n. 3-4, 2015. pp. 216-229.
- CHEN, Xi. *Social protest and contentious authoritarianism in China*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- CHEN, Zhimin. China's Power from a Chinese Perspective (II): Back to the Center Stage. In: CHUNG, Jae Ho (edt.). *Assessing China's Power*. London: Palgrave Macmillan, 2015. pp. 271-290.
- CLB. *China Labour Bulletin Strike Map*. Hong Kong, acessado em 30 out. 2017. Disponível em: <<http://maps.clb.org.hk/strikes/en#>>.
- CLINE, Ray S., *World Power Assessment: A Calculus of Strategic Drift*. Georgetown University: Center for Strategic and International Studies, 1975.
- DAVENPORT, Christian. Multi-dimensional threat perception and state repression: an inquiry into why states apply negative sanctions. *American Journal of Political Science*, v. 39 n. 3, 1995. pp. 683–713.
- EDNEY, Kingsley. Building National Cohesion and Domestic Legitimacy: A Regime Security Approach to Soft Power in China. *Politics*, v. 35, n. 3–4, 2015. pp. 259–272.
- FEWSMITH, J. The Challenges of Stability and Legitimacy. In: ROSS, R. S., BEKKEVOLD, J. I. (eds). *China in the Era of Xi Jinping: Domestic and Foreign Policy Challenges*. Washington, DC: Georgetown University Press, 2016, pp. 92-116.

- FUCKS, Wilhelm. *Formeln zur Macht: Prognosen über Volker, Wirtschaft Potentiale*. Verlags-Anstalt, 1965.
- GAGNON Jr., V. P. Ethnic Nationalism and International Conflict: The Case of Serbia. *International Security*, v. 19, n. 3, 1994. pp. 130-166.
- GOLDSTONE, Jack A.; TILLY, Charles. Threat (and opportunity): popular action and state response in the dynamics of contentious action. In: Ronald R. Aminzade, et. all. (eds). *Silence and Voice in the Study of Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. pp. 179–194.
- GOLDEN, Sean. China's Perception of Risk and the Concept of Comprehensive National Power. *The Copenhagen Journal of Asian Studies*, v. 29, n. 2, 2011. pp. 79-109.
- GOODWIN, Jeff. *No Other Way Out: States and Revolutionary Movements, 1945-1991*. Cambridge: No Other Way Out: States and Revolutionary Movements, 2001.
- GRIES, Peter H. *China's New Nationalism: Pride, Politics, and Diplomacy*. Berkley: University of California Press, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Ebook. São Paulo: Vértice, 1990.
- HUANG Shuofeng 黄硕风著 综合国力论 Zonghe guoli lun [Sobre poder nacional compreensivo]. Beijing: 中国社会科学出版社 Zhongguo shehui kexue chuban she, 1992.
- JEPPERSON, Ronald L.; WENDT, Peter; KATZENSTEIN, Peter J. Norms, Identity, and Culture in National Security. In: Peter J. Katzenstein (edt.). *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. Ebook. New York: Columbia University Press, 1996.
- KATZENSTEIN, Peter J. Introduction: Alternative Perspectives on National Security. In: Peter J. Katzenstein (edt.). *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. Ebook. New York: Columbia University Press, 1996.
- KAUFMAN, Stuart J. *Modern Hatreds: the Symbolic Politics of Ethnic War*. Ithaca: Cornell University Press, 2001.
- LEE, Ching K.; ZHANG, Yonghong. The Power of Instability: Unraveling the Microfoundations of Bargained Authoritarianism in China. *American Journal of Sociology*, v. 118, n. 6, mai. 2013. pp. 1475-1508.
- LORENTZEN, Peter L. Regularizing Rioting: Permitting Public Protest in an Authoritarian Regime. *Quarterly Journal of Political Science*, v. 8, n. 2, 2013. pp. 127–158.
- _____. Designing Contentious Politics in Post-1989 China. *Modern China*, v. 43, n. 5, 2017. pp. 1-35.

PILLSBURY, Michael. China debates the future security environment. Washington: National Defense University Press, 2000.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. Coleção Revoluções do Século XX. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

RICHELSON, Jeffrey T.; EVANS, Michael L. (eds). Tiananmen Square, 1989: The Declassified History. *National Security Archive Electronic Briefing Book No. 16*, 1 jun. 1999. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB16/#d8>>.

SHUE, Vivienne. Legitimacy crisis in China? In: Peter Hays Gries; Stanley Rosen (edt.). *Chinese politics: State, society and the market*. Londres: Routledge, 2010. pp. 41–68.

SMITH, Anthony D. *The ethnic origins of nations*. Malden: Blackwell Publishing, 1988.

STARR, John Bryan. *Understanding China: A guide to China's Economy, History, and Political Culture*. New York: Hill and Wang, 2010.

TANNER, Murray S. China rethinks unrest. *The Washington Quarterly*, v. 27, n. 3, 2004. pp. 137-156.

TARROW, Sidney. *Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics*, Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

TONG, Yanqi. Morality, Benevolence, and Responsibility: Regime Legitimacy in China from Past to the Present. *Journal of Chinese Political Science*, v. 16, 2011. pp. 141-159.

VOLKAN, Vamik D. Large-group identity, international relations and psychoanalysis. *International Forum of Psychoanalysis*, v. 18, n. 4, 2009. pp. 206-213.

WANG Hui. Contemporary Chinese thought and the question of modernity. *Social Text*, n. 55, Intellectual Politics in Post-Tiananmen China, 1988. pp. 9-44.

WANG, J. 市委全会开幕 广州首提五年建成海珠生态城 (Shi wei quanhui kaimu Guangzhou shou ti wu nian jiancheng hai zhu shengtai cheng). *Ifeng.com*, 09 fev. 2012. Disponível em: <http://gz.ifeng.com/zaobanche/detail_2012_02/09/149899_2.shtml>.

WANG, Zheng. *Never Forget National Humiliation: Historical Memory in Chinese Politics and Foreign Relations*. eBook. New York: Columbia University Press, 2012.

_____. *Memory Politics, Identity and Conflict: Historical Memory as a Variable*. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

WEBER, Max. *Economía y Sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2002.

WU Chunqiu 吴春秋 广义大战略 Guangyi da zhanlue [Grande estratégia]. Beijing: 时事出版社 Shishi chuban she, 1995.

XU, Jilin. The fate of an enlightenment: twenty years in the Chinese intellectual sphere (1978–98). In. GU, Edward; GOLDMAN, Merle. Chinese Intellectuals Between State and Market. London: RoutledgeCurzon, 2004. pp. 183-203.

ZHAO, Dingxin. *The power of Tiananmen: State-society relations and the 1989 Beijing student movement*. Chicago: Chicago University Press, 2001.

ZHAO, Suisheng. Chinese Pragmatic Nationalism and Its Foreign Policy Implications. *American Political Science Association: 2008 Annual Meeting*, 28-31 ago 2008.